

LEGISLATIVO AGORA

NATAL/RN, SEXTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 2019 | EDIÇÃO Nº 13 | ANO 1 | 1.000 EXEMPLARES

Legislativo Agora é informe publicitário editado com material da Assessoria de Comunicação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

ESPECIAL

Assembleia Legislativa celebra 30 anos da Constituição

Parlamentares relembaram os 30 anos da publicação da Constituição do Rio Grande do Norte

Colaboração 04 e 05

Servidores atuam efetivamente na revisão

Primeira missão da equipe foi levantar inconsistências. Última revisão havia sido feita em 2014, há 25 anos do texto original.

Adequação 06

Vinte e quatro artigos são atualizados

Texto compatibilizou a Constituição Estadual com a Federal e ainda atualizou as decisões judiciais

Memória 07

Exposição retrata deputados constituintes

Aberta pela presidência da Casa, mostra fotográfica homenageia 27 parlamentares que atuaram na constituinte

Solenidade 08 e 09

Homenagem a servidores abre programação

Evento reconhece contribuição para a construção da Carta Magna e contempla homenageados com comenda

Encontro 15

Procuradores se reúnem em evento promovido pela AL

Evento é voltado para representantes do Legislativo e das Câmaras Municipais, em parceria com a Fecam/RN

Sunday

Um marco na história política estadual

Constituição do RN completou 30 anos. Para a Assembleia Legislativa, mesmo após três décadas, o feito ainda é considerado um dos maiores aprendizados da história política potiguar

A Assembleia Estadual Constituinte do Rio Grande do Norte, de 1989, se constituiu como um dos momentos mais importantes da história política do Rio Grande do Norte. É até hoje considerada uma experiência rica pelo aprendizado político do povo e de seus representantes, personalidades do mundo jurídico e político. O intenso debate em Plenário, em torno de todos os artigos da Constituição Estadual, se configurou como um dos maiores exercícios democráticos de consequências ainda hoje sentidas em solo potiguar.

“Eis aí porque esta Constituição é de todos e não tem donos, elaborada com a abnegada dedicação de cada um dos deputados que o povo do Rio Grande do Norte elegeu para esta Assembleia, além de sindicatos e da população que participou ativamente”, comentou Vivaldo Costa, deputado à época e membro da atual legislatura.

Em função de todo esse trabalho, surge a Constituição Estadual do Rio Grande do Norte, que começou a ser inscrita em 26 de maio de 1988, quando os par-



Presidente da AL, Ezequiel Ferreira destaca o compromisso dos deputados à época da elaboração da Carta Magna potiguar

lamentares de todos os estados do País, reunidos aqui, buscaram juntos, no espírito de vanguarda do povo potiguar, as regras primeiras para o procedimento de elaboração de suas cartas estaduais, levando o esboço inicial de Regimento e servindo de modelo para todas as outras Constituições Estaduais brasileiras.

“Daqui ecoou o bravo grito de

alerta para as responsabilidades imensas dos deputados estaduais nessa tarefa ingente de elaborar as Cartas Magnas das Unidades Federadas da República do Brasil”, discursou o deputado Arnóbio Abreu, então presidente da Assembleia Estadual Constituinte, proferido a 3 de outubro de 1989, data da promulgação da Constituição do Rio Grande do Norte.

Foram mais de 200 sessões plenárias e, nelas, artigo a artigo era discutido, examinado, emendado, aperfeiçoado. Novos acréscimos eram feitos e havia o descarte daquilo que não atendia ao interesse público. “O mais importante é que as galerias, diariamente, eram sempre lotadas e a mídia repercutia de forma a estimular que todo o trabalho fosse feito com respeito

a uma nova realidade que o Brasil e o Rio Grande do Norte esperavam”, comentou o ex-deputado Paulo de Tarso, que teve marcante atuação no processo de elaboração da nova Constituição Potiguar.

No campo das ideias, houve momentos de divergências, mas segundo o deputado José Dias, a maioria dos objetivos esperados foi concretizada, o que tornou o documento forte e atual. “A história do nosso Estado pode ser contada antes e depois dessa Constituição, pois ela trouxe uma transformação para a sociedade de forma mais ativa e democrática”, observa o parlamentar, que colaborou com a construção da publicação.

Daí então, a Constituição Estadual se tornou o documento que rege todas as leis do RN. Nesses trinta anos sofreu alterações através de emendas e, em comemoração às três décadas de existência, passa por uma nova atualização na Assembleia Legislativa que a tornará ainda mais moderna e atuante na busca dos interesses da população norte-rio-grandense.

“Muito me orgulha presidir a Assembleia Legislativa nesse momento em que a nossa Constituição comemora 30 anos. Destaco aqui o compromisso dos deputados à época em elaborar para a sociedade norte-rio-grandense um texto constitucional moderno e que pudesse assegurar que os direitos e deveres dos cidadãos potiguares fossem respeitados pelos poderes constituídos, luta essa mantida diariamente por todos nós que hoje fazemos o parlamento do Rio Grande do Norte”, destaca o deputado Ezequiel Ferreira, atual presidente da Casa.



*Deputado José Adécio, durante as discussões
para a elaboração da Constituição do RN*



*Foto história mostra o governador
Geraldo Melo atento aos trabalhos legislativos*



Atualização

Servidores da Assembleia colaboraram efetivamente

Trabalho minucioso teve como primeira missão levantar as inconsistências para que as mudanças pudessem ser elaboradas de maneira mais precisa. Última revisão havia sido feita há 25 anos

A recém aprovada atualização da Constituição Estadual na Assembleia Legislativa dá início a um novo momento no ordenamento jurídico do Rio Grande do Norte e marca também o êxito de um relevante trabalho para que as mudanças à sua redação pudessem ser elaboradas de maneira consistente.

O trabalho que antecedeu a própria tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) aprovada pelo legislativo estadual foi desempenhado por um grupo de dez servidores da Assembleia, tendo à frente o procurador-geral da Casa, Sérgio Eduardo da Costa Freire. Criado em março deste ano, o grupo trabalhou durante seis meses, em diversos encontros semanais, debruçando-se sobre o texto e ouvindo colaborações de outras instituições.

“Buscamos a realização de um trabalho plural, altamente democrático, a partir do diálogo com órgãos e instituições. Recebemos diversos representantes para debatermos os pontos a serem



João Gilberto/AL

atualizados. Tudo para assegurar uma nova redação coerente e responsável”, explanou Sérgio Freire, que complementa: “A ideia era atualizar, mas de forma segura e com respaldos”.

O procurador-geral conta que a primeira missão dos servidores foi levantar as inconsistências

que havia na Constituição Estadual. A comissão também observou as mudanças feitas nos últimos anos na Carta Magna de 1988 e dedicou a mesma atenção às decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF). Só após esse período de estudos e pesquisas, que durou três meses, é

que as propostas de atualização foram elaboradas.

Após as propostas serem lidas no plenário da Assembleia, foi criada a Comissão Especial de caráter temporário, formada por parlamentares, para examinar e dar parecer sobre as mudanças. A criação desta comissão se deu em

conformidade com a própria Constituição e com o que estabelece o Regimento Interno da Casa, como parte necessária quando se trata de tramitação de PEC.

O trabalho dos servidores não cessou com a Comissão Especial. Pelo contrário. Coube ao grupo assessorar os parlamentares durante todo o período de análise. “Ficamos à disposição dos deputados estaduais, prestando esclarecimentos sobre as propostas, mas também fazendo estudos técnicos sobre as sugestões apresentadas por eles”, explica Sérgio Freire.

Os servidores não só acompanharam toda a tramitação da PEC, como também não findaram os trabalhos com a sua promulgação. É que as revisões finais ficaram a cargo do grupo. Além disso, como explica o procurador-geral, o grupo se dedicou à elaboração da Constituição Anotada, fonte de consulta sólida sobre a Constituição Estadual.

Sérgio Freire afirma que esse trabalho minucioso, com o envolvimento de dez servidores, fez-se necessário pelo fato de ter havido apenas uma atualização à Constituição Estadual nos últimos 25 anos. “Exatamente por estarmos há tanto tempo sem revisar o texto é que a atenção e a dedicação dos deputados estaduais e dos servidores foi tão importante”, disse o procurador-geral, que conduziu os trabalhos da comissão até o fim das atividades.

Além de Sérgio Freire, fizeram parte da comissão os seguintes servidores: Carol Alves, Cesar Rocha, Cláudia Brito, Cleo Vieira, Klebet Cavalcanti, Mariana Felipe, Renato Guerra e Simone Leal.

Revisão

Redação final tem 24 artigos atualizados

Objetivo foi cumprido: compatibilizar a Constituição Estadual com a Constituição Federal, além, também, de atualizar o texto de acordo com decisões dos tribunais que criaram jurisprudências

A proposta de Emenda à Constituição (PEC) 003/2019 altera, acresce e revoga dispositivo de 24 artigos da Constituição do Rio Grande do Norte com a finalidade de adequar o texto às mudanças decorrentes de atualizações na Constituição Federal, que já recebeu 27 emendas (mudanças) desde 1988, e de entendimentos oriundos de ações diretas de inconstitucionalidades julgadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em relação à Constituição do Rio Grande do Norte.

A PEC foi aprovada em sessão plenária do dia 1º de outubro. “A essência da PEC foi a compatibilização da Constituição Estadual com a Constituição Federal. Com as emendas que promoveram as mudanças na lei federal, vários pontos do texto estadual também precisaram ser alterados para que fique de acordo com a Constituição Federal”, explicou o procurador-geral da Assembleia, Sérgio Freire.

De acordo com o procurador, a PEC também teve o objetivo de atualizar a Constituição Estadual



Parlamentares durante a aprovação da Emenda à Constituição que possibilitou a atualização do texto de 24 artigos da Constituição do Rio Grande do Norte

de acordo com decisões dos tribunais que criaram jurisprudências e interpretações de leis no país, sendo necessárias as alterações. “Há artigos que foram considerados inconstitucionais, seja de maneira total ou parcial, então era preciso que a lei fosse atualizada, deixando o texto adequado a esses entendimentos”, concluiu Sérgio Freire.

Com a PEC, sofreram mudanças, acréscimos ou revogações dispositivos dos artigos 8, 19, 20, 29, 35, 49, 53, 64, 65, 71, 72, 74, 81, 90, 98, 108, 128, 140, 147 e 150, além de revogação o parágrafo 1º do artigo 55, determinada que o controle interno do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público ficasse sujeito a sistemas normativos do Legislativo e Exe-

cutivo, respectivamente.

Também foram revogados os artigos 68 e 69, que tratavam sobre a Consultoria Geral do Estado, e o parágrafo 4º do artigo 111, que determinava que, na análise de licitações, fossem considerados, entre outros itens, os valores relativos aos impostos pagos à Fazenda Pública deste Estado para averiguação da proposta mais

vantajosa.

A PEC tramitou pelas comissões temáticas da Casa e foi votada em dois turnos. Essa não é a primeira vez que a Constituição estadual é atualizada. Em 2014, após 25 anos da promulgação de sua primeira versão, como já era previsto, a carta ganhou uma nova versão, consolidada e adequada à Constituição Federal de 1988.



Mostra fotográfica fica em exposição no Salão Nobre Iberê Ferreira de Souza



Exposição retrata personalidades políticas que tiveram atuação destacada na Assembleia Legislativa

Memória

Mostra fotográfica retrata deputados constituintes

Exposição foi aberta oficialmente pelo presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira de Souza, e homenageia os 27 parlamentares que elaboraram a Carta Magna potiguar

Os 30 anos da Constituição do Rio Grande do Norte estão sendo lembrados também com mostra

fotográfica que retrata os 27 deputados que exerciam mandato à época. A exposição foi aberta oficialmente pelo presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira de Souza (PSDB) e acontece no Salão Nobre Iberê Ferreira de Souza.

“Fazemos nossas homenagens e nosso reconhecimento aos deputados constituintes. Ao mesmo tempo em que preservamos a memória, o Legislativo demonstra a sua gratidão aos servidores e a cada um dos parlamentares que por aqui passaram, contribuindo para que nossa Casa se mantivesse atenta com a realidade que vive hoje o País e o Rio Grande do Norte. É para nós

uma alegria poder estar e conviver com deputados que tiveram mandatos constituintes”, disse Ezequiel.

Em paralelo à exposição dos constituintes também há uma mostra das constituições dos anos de 1891, 1907, 1936, 1947, 1967, 1974 e 1989 e também a projeção, no Salão Nobre, de imagens da época da constituinte. O Rio Grande do Norte foi o primeiro Estado brasileiro a promulgar a sua Carta Magna, no dia 3 de outubro de 1989, que aconteceu dois dias antes do aniversário de um ano da Constituição Federal de 1988 (CF).

Constituinte à época, o deputado Getúlio Rêgo (DEM)

agradeceu ao povo potiguar por tê-lo reconduzido sucessivas vezes ao Parlamento e chegou ao décimo mandato. “Estou feliz por ter participado desse momento histórico e ter contribuído para a confecção de nossa Carta Magna”, afirmou o parlamentar, que é médico por formação e destacou a contribuição de alguns dos colegas constituintes: “Tivemos o brilhantismo do ex-deputado Paulo de Tarso, jurista renomado e do deputado José Dias, que está em seu nono mandato e ambos contribuíram de forma importante para a confecção da nossa constituição”, disse.

Entre os 27 constituintes, quatro parlamentares exercem

mandato na atual legislatura, é o caso de José Dias (PSDB), Vivaldo Costa (PSD), Raimundo Fernandes (PSDB) e o próprio Getúlio Rêgo. Além destes, atuaram durante a Constituinte de 89 os deputados Amaro Marinho; Ana Maria Cavalcanti; Arnóbio Abreu; Carlos Augusto Rosado; Carlos Eduardo Alves; Cipriano Correia; Francisco Miranda; Gastão Mariz; Irami Araújo; José Adécio; Kleber Bezerra; Laíre Rosado; Leônidas Ferreira; Manoel do Carmo; Nelson Freire; Nelson Queiroz; Patrício Junior; Paulo de Tarso Fernandes; Paulo Montenegro; Ricardo Motta; Robinson Faria; Rui Barbosa; e Valério Mesquita.

Reconhecimento

Homenagem a servido pelos 30 anos da Com

Solenidade, que reconhece as relevantes contribuições prestadas na construção da Carta Magna, ainda contempla homenageados com a comenda Deputado Arnóbio Abreu

Uma solenidade especial em homenagem aos servidores da Assembleia Constituinte de 1989 marcou a abertura da programação que comemora os 30 anos da Constituição Potiguar. Como forma de reconhecer as relevantes contribuições prestadas na construção do documento, a Assembleia Legislativa instituiu a comenda “Deputado Arnóbio Abreu”, entregue no ato.

Em clima festivo e permeado por sentimento de saudosismo, o evento contou com a participação do Coral Dain Libras em Canto – sob a coordenação da professora doutora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Ana Lúcia Oliveira Aguiar, e regência do tradutor intérprete da Língua Brasileira de Sinais, Daniel Silva Guedes, que interpretou o hino Nacional Brasileiro.

Ao abrir a solenidade, o presidente da Assembleia Legisla-

tiva, Ezequiel Ferreira (PSDB) destacou a importância do ato para todos os deputados que compõem a atual legislatura. “A palavra hoje é de agradecimento. Não poderíamos abrir essa programação de forma diferente, afinal nada seria possível sem o esforço e dedicação de todos que aqui estão e que por aqui passaram. Vocês são a essência dessa Casa Legislativa”, disse Ezequiel.

A Assembleia Estadual Constituinte do Rio Grande do Norte, de 1989, se constituiu como um dos momentos mais importantes da história política do Rio Grande do Norte. É até hoje considerada uma experiência rica pelo aprendizado político do povo e de seus representantes, personalidades do mundo jurídico e político e servidores da Assembleia Legislativa, em função de ter inovado a técnica de fazer leis.

“Este é um dia muito especial para todos nós que fazemos parte da Assembleia Legislativa e ainda mais especial para nós que ajudamos a elaborar e promulgar a Constituição do Estado. Foram momentos de muito trabalho que serão guardados para sempre na memória dos nossos corações”, disse Sonali Rosado, homenageada e assistente da mesa diretora no período da Constituinte.

O intenso debate em plenário, em torno de todos os artigos da Constituição Estadual do Rio Grande do Norte, se configurou



como um dos maiores exercícios democráticos de consequências ainda hoje sentidas em solo potiguar.

“O sentimento hoje é de de-

ver cumprido em saber que o nosso trabalho sério e a nossa dedicação colaborou com a criação de um documento tão importante para a nossa história. Meu

coração está transbordando de muita alegria”, contou a servidora Sônia Maria Bezerra, homenageada e secretária do gabinete da presidência à época.

Abreu abre programação Constituição Estadual



Foram mais de 200 sessões plenárias e, nessas, artigo a artigo era discutido, examinado, emendado, aperfeiçoado. Novos acréscimos eram feitos e ha-

via o descarte daquilo que não atendia ao interesse público, como lembra Antônio Alcivan Castro, taquígrafo no período da Constituinte.

“Um filme passa em nossa mente. Foram muitas horas de trabalho e essa homenagem é um incentivo e nos mostra que vale a pena fazer o serviço pú-

blico com excelência, mesmo que ele tenha sido feito há 30 anos. Uma satisfação única o dia de hoje”, revelou o homenageado.

A cada nome citado pelo cerimonial para a homenagem, os aplausos e a alegria eram compartilhados por todos os servidores presentes no Auditório da Casa. “Estamos vivendo um momento de reencontro, de saudosismo e de muita alegria em ver que todo o nosso trabalho ainda hoje é reconhecido. Sem dúvidas um momento muito especial”, comemorou emocionado o também homenageado Genival Alves Pessoa, servidor do setor da Copa no período da Constituinte.

A Constituição Estadual se tornou o documento que rege todas as Leis do RN. Nesses trinta anos sofreu alterações através de emendas e, em comemoração às três décadas de existência, passou por uma atualização, que a deixa agora ainda mais moderna e atuante na busca dos interesses da população norte-riograndense.

“Essa homenagem representa uma alegria enorme e reafirma o nosso compromisso de seguir servindo de forma séria e com excelência, assim como fazemos há mais de 37 anos de uma vida profissional dedicada a esta Casa Legislativa”, frisou a homenageada Tatiana Mendes Cunha, assistente da Mesa Diretora no período da Constituinte.

Em nome dos homenageados, a servidora ngela Montei-

ro relembrou alguns momentos marcantes de todo o período de criação da Constituição Estadual e destacou a importância da honraria de receber a comenda Deputado Arnóbio Abreu, nome determinante para a grandiosidade do documento.

“Na época éramos poucos, mas trabalhamos como se muitos fôssemos. Tudo tinha que dar certo e deu! Nascia ali a mais atual constituição do Brasil. Em cada página, em cada artigo tem um pouco de cada um de nós. Valeu muito a pena. Receber essa comenda com o nome deste homem que foi tão essencial para tudo isso, não tem preço. A atual legislatura, com essa homenagem, renova seu compromisso e zelo com os servidores dessa Casa e, consequentemente, com o povo do Rio Grande do Norte”, finalizou a assistente da Mesa Diretora no período.

Participaram da solenidade os deputados estaduais Souza; Coronel Azevedo (PSC); Gustavo Carvalho (PSDB) e Getúlio Rêgo (DEM), Sérgio Freire – Procurador Geral da Assembleia Legislativa; Maria Dulcinéia Limeira Brandão – diretora Administrativa e Financeira da Assembleia Legislativa; Tatiana Mendes Cunha – diretora Legislativa da Assembleia Legislativa; Herbert Spencer – representante dos Procuradores Constituintes; servidores, familiares, autoridades. As comemorações pelos 30 anos da Constituição Potiguar prosseguem até o dia 11.

História

Assembleia Legislativa celebra 30 anos da Constituição do RN

Evento realizado no Plenário Deputado Clóvis Motta lembrou a publicação da Carta Magna do Estado, feito ocorrido em outubro de 1989. Deputados da época participaram da cerimônia

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte celebrou, na quarta-feira, 9, no Plenário Deputado Clóvis Motta, os 30 anos da Constituição Estadual em evento que contou com o prestígio de deputados e ex-deputados que estiveram presentes no nascimento da Carta Magna, personalidades políticas e a população potiguar.

A Constituição do Rio Grande do Norte nasceu em outubro de 1989. À época, era presidente da Casa o deputado Nelson Freire. A comissão responsável por dar vida à Constituição teve como presidente o deputado Arnóbio Abreu, com relatoria do deputado Nelson Queiroz e ainda Carlos Augusto como vice-presidente e o ex-governador Robinson Faria como primeiro secretário.

“Sentimento de dever cumprido. A Constituinte atingiu muitos objetivos, valorizando as coisas do Rio Grande do Norte e valorizando o servidor público estadual”, comentou Nelson Freire.

Hoje, a Assembleia Legislativa conta com apenas quatro deputados que atuavam na Casa naquela época: Vivaldo Costa,



José Aldenir/Agora RN

Getúlio Rêgo, Raimundo Fernandes e José Dias, que testemunharam ao vivo a criação do documento constitucional.

“A Constituição instituída no Rio Grande do Norte, a exemplo do Brasil, foi benéfica para a população. Foi uma Constituição cidadã, que deu vida, que deu direitos e que assegurou cada vez mais a democracia”, enfatizou Vivaldo.

Homenageados durante a solenidade também estavam os ex-governadores Geraldo Melo e Robinson Faria. Em 1989, Melo era o governador do Rio Grande do Norte, enquanto Robinson compunha o quadro de deputados estaduais que participaram da confecção do texto histórico. Acompanhando estava o ex-prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves, também deputado em 1989.

“Resgata muitas lembranças

minhas, que fui governador em um período que, na verdade, foi um desafio marcante, importante e tendo com a Assembleia uma relação muito construtiva. Eu ganhei a eleição e, dos 24 deputados, tinha o apoio de 10. Você pode imaginar que não era uma coisa muito simples. Mas, conseguimos uma relação digna, decente, correta e eficiente. Das minhas lembranças, foi um grande momento da história do Rio Grande do Norte”, ressaltou Geraldo Melo.

COMENDA

Durante a comemoração, foi entregue a Comenda Arnóbio Abreu, em homenagem ao falecido deputado, recebida pelos participantes sobreviventes, seja no Executivo ou no Legislativo, daquela época histórica. Ganham o reconhecimento, também, representantes das personali-

dades responsável pela criação da Constituinte já falecidos. Ao todo, foram 27 agraciados.

O deputado Vivaldo Costa, um dos membros da Assembleia naquela época, destacou o fundamental papel que a Constituição possui até hoje para a população potiguar. “A Constituição Estadual, a exemplo da Constituição Federal, foi benéfica para a população. Foi uma Constituição cidadã, que deu vida, direitos e que assegurou cada vez mais a democracia”, celebrou.

Quem também enalteceu a Constituinte foi o presidente da Casa, o deputado Ezequiel Ferreira. “Primeiro comemorar essa data importante. Precisamos registrar e precisamos mostrar ao povo do Rio Grande do Norte o trabalho que esses parlamentares fizeram em 1989. Essa grande Carta Magna foi feita diante de trabalho, de esforço, da dili-

gência, da competência de todos os parlamentares que atuavam na Casa Legislativa. Por tanto, esse é um momento de agradecer, de gratidão, mas também de expor a sociedade norte-riograndense esse grande trabalho que foi feito”, destacou.

A Assembleia Estadual Constituinte do Rio Grande do Norte, de 1989, foi um dos momentos mais importantes da história política do Rio Grande do Norte. É até hoje considerada uma experiência rica em função de ter inovado a técnica de fazer leis.

“É uma conquista para o estado do Rio Grande do Norte. Um momento histórico e importante para o nosso estado, e a Assembleia tem cumprido esse papel”, pontuou o deputado estadual George Soares.

FILME

Na sequência da solenidade,

os presentes também puderam relembrar o nascimento da Constituição Estadual durante a exibição de um documentário especial preparado pela TV Assembleia. O filme mostrou depoimentos de políticos, ex-servidores da Casa, jornalistas e outros envolvidos diretamente no trintênio da norma.

No filme, deputados e ex-deputados falaram sobre a importância do documento para o povo; servidores e ex-servidores contaram sobre como o cotidiano da Casa mudou com a chegada da Constituição de 1989, e jornalistas destacaram o impacto e a expectativa da imprensa potiguar diante do surgimento da Constituinte.

O ex-deputado Paulo de Tarso, que contribuiu de forma significativa para a confecção do texto, diz no documentário que um dos objetivos da Assembleia foi “propiciar a participação da população durante o processo”.

O processo que resultou na criação da Carta gerou mais de 200 sessões plenárias e, nessas, artigo a artigo eram discutidos, examinados, emendados, aperfeiçoados. Novos acréscimos eram feitos e havia o descarte daquilo que não atendia ao interesse público.

A Constituição Estadual se tornou o documento que rege todas as Leis do Rio Grande do Norte. Nesses trinta anos, sofreu alterações através de emendas e, em comemoração às três décadas de existência, passou por uma atualização, que a deixou mais moderna e atuante na busca dos interesses da população.

Além disso, o documentário apresentou imagens e registros de áudios da época que deram destaque às figuras históricas da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, que não estão mais entre nós, como o próprio ex-presidente da Comissão Constituinte, Arnóbio Abreu.

A comemoração prosseguiu com um discurso do deputado Getúlio Rêgo. Neste, o parlamentar relembrou o momento da promulgação da Constituição Potiguar e de seu papel durante todo o processo da criação à promulgação da Carta.

“Um fato histórico. Trinta anos da promulgação da nossa Constituição reflete sempre a preocupação, o dever de obediência ao mandamento constitucio-



nal. É a nossa lei maior, que foi composta pelo pensamento coletivo da sociedade do Rio Grande do Norte”, destacou Getúlio.

Representando o Estado, a governadora Fátima Bezerra, acompanhada pelo vice-governador Antenor Roberto e pelo

secretário Fernando Mineiro, palestrou sobre seu papel como chefe do Executivo Estadual e sua missão diante das determinações da Constituição.

“Estamos celebrando a Constituição, um pedacinho da esteira da constituição cidadã dos

anos 80, em um momento pra gente celebrar e cada vez mais estarmos atentos, vigilantes, unidos, na defesa dos direitos sociais, políticos e civis, consignados na nossa Carta Magna”, disse Fátima.

Após a entrega da premiação

aos vencedores do “Concurso de Redação - 30 anos da Constituição Potiguar”, lançado em agosto pela Escola da Assembleia, a Banda da Polícia Militar encerrou a festividade tocando o hino do Rio Grande do Norte, juntamente ao coral da Casa.

Premiação

Estudantes vencem concurso de redação promovido pela Escola da Assembleia

Três estudantes venceram o concurso “30 anos da Constituição Potiguar”, promovido pela Escola da Assembleia. O ato fez parte da programação que celebra as três décadas da Carta maior do RN

O presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira (PSDB), entregou na quarta-feira (09), durante sessão solene, a premiação aos três estudantes, vencedores do Concurso de Redação “30 anos da Constituição Potiguar”, promovido pela Escola da Assembleia. O ato fez parte da programação que celebra as três décadas de criação da Carta maior do RN.

O certame selecionou e premiou as três melhores redações de alunos do ensino médio de escolas estaduais, que elaboraram um texto dissertativo-argumentativo a partir do tema “Os 30 anos da Constituição Potiguar e o seu papel na construção da cidadania”.

“Muito nos honra premiar esses alunos que representam tantos outros que participaram do concurso e que foram estimulados por seus professores a estudar, pesquisar e escrever



José Aldenir/Agora RN

sobre a nossa Constituição. Um momento de muita alegria para esta Casa Legislativa”, celebrou Ezequiel Ferreira.

Para a primeira colocada no concurso de redação, Emilly Aléxia de Sousa, estudante do Centro Estadual de Educação Professora Lourdinha Guerra, situada em Parnamirim, a Assembleia Legislativa marca história, ao promover um concurso de redação, direcionado aos estudantes das escolas públicas.

“Foi uma oportunidade incrível. A Assembleia está de parabéns em nos dar essa oportunidade de mostrar que nas escolas públicas também podemos fazer a nossa própria história e, nesse caso, uma história de sucesso”, ressaltou Emilly, que recebeu um notebook como prêmio pelo primeiro lugar no concurso.

O mesmo sentimento de mostrar a educação da escola pública foi exaltado pela segunda colocada no concurso, Gyovana Nunes

Domingos, estudante da Escola Estadual Teônia Amaral, localizada no município de Florânia. “Foi incrível participar desse concurso, principalmente em virtude das tantas dificuldades que encontramos nas escolas públicas no interior do estado. Mas com isso, provamos, para muitos, que podemos fazer diferente e que podemos sim realizar os nossos sonhos”, destacou Gyovana, que teve sua redação aprovada em segundo lugar e recebeu um

tablete e um curso de inglês.

O concurso de Redação 30 anos da Constituição Potiguar, teve como principal intuito, despertar nos estudantes potiguares o interesse pela cidadania, democracia e política. Foi o que aconteceu com o estudante da 3ª série do Ensino Médio da Escola Estadual Luís Antônio, em Natal, Erik Ryan Bezerra da Silva. Orientado pela professora Regina Maria, para o jovem, participar do concurso foi uma oportunidade ímpar de mostrar a qualidade do ensino desenvolvido em sua escola.

“É uma honra. Essa foi uma oportunidade de mostrar que a educação pública pode ser exemplo e que quando ela é tratada com zelo, pode sim dar resultados. Estou muito feliz”, disse Erik, que ficou em terceiro lugar e recebeu um tablete e um curso de inglês.

Os professores orientadores e as escolas também foram premiados com equipamentos como notebook (1º lugar) e tablets (2º e 3º lugares), além de duas vagas em cursos de pós-graduação, promovidos pela Escola da Assembleia.

Para o diretor da Escola da Assembleia, João Maria de Lima, o concurso cumpre seu objetivo “Que foi motivar os estudantes das escolas públicas a pesquisarem e estudarem sobre a Constituição Estadual. Para nossa surpresa, fomos contemplados com textos incríveis, como os dos três vencedores”, finalizou.

José Aldenir/Agora RN





Parceria

II Encontro de Advogados e procuradores é promovido pela Assembleia Legislativa

Evento é voltado para representantes do Legislativo do RN e das Câmaras Municipais, em parceria com a Federação das Câmaras Municipais (Fecam/RN)

O II Encontro de Procuradores e Advogados promovido pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte teve início na quinta, 10, no auditório Cortez Peireira, com um simpósio sobre o processo legislativo municipal. O evento, que termina nesta sexta-feira, 11, é voltado para representantes do Legislativo do RN e das Câmaras Municipais, em parceria com a Federação das Câmaras Municipais (Fecam/RN).

De acordo com a técnica legislativa da procuradoria, coordenadora e palestrante da abertura do evento, Cleo Vieira, a ideia é auxiliar os vereadores dos municípios no interior do estado com relação a constituição do RN. Cleo explica que o Encontro é idealizado pelo Procurador-Geral, Sérgio Freire, junto do presidente da Casa, Ezequiel Ferreira. “Esse encontro começou com uma iniciativa do Procurador-Geral Sérgio Freire, junto do presidente Ezequiel Ferreira, pois existia uma demanda das câmaras dos interiores do RN para que a Casa oferecesse maior orientação aos vereadores sobre o processo legislativo municipal. Nós temos nossa legislação e eles precisavam de auxílio sobre isso”, contou.

O segundo dia do evento será voltado, principalmente, para advogados e procuradores, com palestras do ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Marcelo Navarro; do advogado Nabor Bulhões e do jurista Marcus Viní-



cus Furtado Coêlho, presidente da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais do Conselho

Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Este Encontro faz parte da

programação da Casa em comemoração aos 30 anos da Constituição Potiguar.

“SEU PAI NÃO QUER SABER DE VOCÊ”

COLOCAR UMA CRIANÇA CONTRA
PAI, MÃE OU RESPONSÁVEL
É ALIENAÇÃO PARENTAL.
OS DANOS PODEM SER GRAVES
E IRREVERSÍVEIS, E VOCÊ PODE
PERDER ESSA CRIANÇA PRA SEMPRE.

B&E



ALIENAÇÃO
PARENTAL

OS MAIS
PREJUDICADOS
SÃO OS FILHOS



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

ACESSE AL.RN.GOV.BR OU SIGA @ASSEMBLEIARN E SAIBA MAIS.